



Atuação

Boletim Eletrônico | **Deputado Estadual Edmir Chedid** | São Paulo, 25 de Setembro de 2009

HOSPITAL REGIONAL Edmir Chedid reitera pedido ao Estado

O deputado Edmir Chedid reiterou na quinta-feira, 24, solicitação ao secretário de Estado da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, para a instalação de um Hospital Regional em Bragança Paulista.

PÁG.01



Recursos da Nota Fiscal Paulista para entidades



As entidades que realizam trabalhos sem fins lucrativos podem receber créditos da Nota Fiscal Paulista. A secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, Rita Passos, disse que os créditos repassados podem chegar como dinheiro até à entidade, por ser consumidora, ou através de doações de terceiros.

PÁG.02

Conclusão de obras em Bragança Paulista



O deputado Edmir Chedid e o secretário da Habitação, Lair Krähenbühl, reuniram-se para tratar sobre a situação dos conjuntos habitacionais "Bragança F1 e F2". Os imóveis aguardam conclusão das pendências que tramitam na Justiça em relação às supostas irregularidades na construção.

PÁG.04

Estrada Vicinal Morungaba - Tuiuti

O deputado Edmir Chedid participou na sexta-feira, 18, do início das obras de recapeamento da Estrada Vicinal Morungaba - Tuiuti (Lucio Roque Flaibam), que possui 15 km de extensão.

Deputado reitera pedido para instalação de Hospital Regional

Anselmo Dequero | São Paulo



Deputado estadual Edmir Chedid e o secretário de Estado da Saúde, Luiz Roberto Barrada Baratas durante reunião, em São Paulo.

SÃO PAULO - O deputado Edmir Chedid reiterou nesta quinta-feira, 24, solicitação ao secretário de Estado da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, para a instalação de um Hospital Regional em Bragança Paulista. Esta solicitação ocorreu durante uma reunião, que também contou com a participação da secretária Municipal de Saúde, Maria Amália Gouvêa Oliveira. Na ocasião, Edmir Chedid demonstrou sua preocupação com o atendimento prestado à comunidade pelo HUSF (Hospital Universitário São Francisco), que é considerado pelo Governo do Estado referência regional no atendimento de casos de alta, média e baixa complexidade.

Em relação ao Hospital Regional, o parlamentar lembrou que a instalação tem por finalidade garantir atendimento básico de diagnóstico e tratamento, com equipe clínica organizada e com prova de admissão e assistência permanente prestada por médicos à comunidade que não possui plano de saúde. Na solicitação, destacou que atendimento médico de qualidade é um direito do cidadão e um dever do Governo do Estado de São Paulo. "O Hospital Regional atenderia moradores da Região Bragantina e do Circuito das Águas gratuitamente e iria auxiliar, por exemplo, o trabalho que já é desenvolvido pelo USFH e pelas Santas Casas de Misericórdia", disse Edmir Chedid.

O Hospital Regional possui serviço de enfermagem e atendi-

mento terapêutico direto ao paciente, durante 24 horas, com a disponibilidade de serviços de laboratório e radiologia, serviço de cirurgia e/ou parto, bem como registros médicos organizados para a rápida observação e acompanhamento dos casos. Segundo o parlamentar, o Hospital Regional compõe uma rede de serviços de atenção à saúde, associada por uma organização planejada ou como consequência de uma organização espontânea dos elementos assistenciais existentes. "Este conjunto, que abrange a totalidade da oferta de serviços disponíveis em um território, é o Sistema Local de Saúde", afirmou.

No Sistema Local de Saúde, o Hospital Regional ofereceria assistência médica continuada e integrada, concentraria grande capacidade de recursos de diagnóstico e tratamento para reintegrar o paciente ao seu meio e constituiria um nível intermediário dentro de uma rede de serviços de complexidade crescente. "Seria um importante auxílio para as unidades, postos e centros médicos existentes em nível regional. Por isso, reiterarei o pedido de instalação de um Hospital Regional ao secretário de Estado da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata. Para isso, provei que os serviços prestados à comunidade são insuficientes, conforme o atendimento do USFH", completou.

A secretária Municipal de Saúde de Bragança Paulista, Maria Amália Gouvêa Oliveira, confirmou

na reunião as informações do deputado estadual Edmir Chedid, destacando que o HUSF (Hospital Universitário São Francisco) deixou de atender vários pacientes, devido, em parte, à falta de infraestrutura. "O HUSF identificou um aumento significativo do número de pacientes e, por isso, tem encontrado problemas para proceder ao atendimento adequado. Neste sentido, o Governo Estado nos indicou uma alternativa, pelo menos para a orientação de casos de alta complexidade dos pacientes que precisam dos serviços de oncologia e cardiologia", garantiu.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, o ICESP (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo) Octavio Frias de Oliveira e o Instituto Dr. Dante Pazzanese (Instituto de Cardiologia do Estado de São Paulo) receberão, a partir de outubro, os pacientes do Hospital Universitário São Francisco que precisam de cuidados médicos. Segundo a secretária Municipal de Saúde, o Governo do Estado garantiu que outras especialidades também poderão ser encaminhadas para São Paulo. "Esta será uma alternativa enquanto não se decide pela instalação de um Hospital Regional, conforme solicitação do deputado Edmir Chedid", concluiu Maria Amália Gouvêa Oliveira.

AME

Durante a reunião com o secretário de Estado da Saúde, Edmir Chedid falou, ainda, sobre o AME (Ambulatório Médico de Especialidades), que será instalado em Atibaia. De acordo com ele, o AME representará uma melhora no serviço de saúde pública prestado aos moradores da região. A instalação do AME se deve às solicitações apresentadas a partir de 2006 pelo deputado ao Governo do Estado. "Trata-se de um importante complemento ao Hospital Regional. Desta forma, continuarei lutando para que este benefício seja implantado para atender aqueles que mais precisam", finalizou Edmir Chedid.

Edmir Chedid, o deputado que ajuda a cidade.

Relação entre empresas aéreas e consumidores será regulamentada

Maurício Garcia de Souza | São Paulo

SÃO PAULO - A Comissão de Transportes e Comunicações da Assembleia Legislativa aprovou o parecer do Projeto de Lei 380/2009, de autoria do deputado Rui Falcão (PT), que determina a regulamentação das relações entre as empresas aéreas e os consumidores quanto à emissão das passagens aéreas e informações em relação ao cumprimento efetivo do contrato firmado. De acordo com o PL, todas as empresas aéreas que operam no Estado deverão manter um informe atualizado sobre a disponibilidade e o cumprimento dos horários de chegada e partida das aeronaves com a finalidade de melhor atender os consumidores em nível estadual.

No Projeto de Lei, Rui Falcão explica que as empresas deverão avisar os consumidores quanto à incidência de atrasos e descumprimento parcial do contrato de transporte aéreo, mantendo informe atualizado pela internet ou por meio que efetive a comunicação como, por exemplo, o envio de mensagens eletrônicas ou SMS. "A competência legislativa estadual vem sendo alvo de inúmeros questionamentos sobre a extensão de seu alcance e quais as matérias especiais que podem ser regulamentadas na esfera estadual. Por isso, sugiro a criação de um sistema de



"Regulamentação depende de aprovação final do Projeto de Lei", lembrou o presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, Edmir Chedid.

comunicação entre as empresas aéreas e os consumidores do Estado", justificou o parlamentar.

Ele declarou que a competência reservada da União para regulamentar o direito aeronáutico "não se reveste de normas condizentes à relação contratual". Por isso, afirmou que o PL tem por objetivo estabelecer uma forma especial de tratamento no Estado. "A competência legislativa pode ser evidenciada pela análise da Constituição Federal. E quanto à natureza jurídica do contrato de emissão de passagens aéreas, o Supremo Tribunal Federal se manifestou afirmando que a venda de passagens aéreas por agência de turismo é uma atividade mercantil autônoma,

que não configura questão de direito aeronáutico sujeito a competência da Justiça Federal", afirmou.

Em agosto, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer favorável ao PL emitido pela deputada Ana Perugini (PT). Na Comissão de Transportes e Comunicações, o PL também recebeu parecer favorável do deputado João Caraméz (PSDB), o que garante nova discussão referente à aprovação ou rejeição do parecer emitido pelo parlamentar. "Trata-se de um PL importante que é motivo de discussão em todos os níveis das esferas estadual e federal. Agora, com a aprovação do parecer, o PL deverá seguir para votação final", disse o presidente da CTC, Edmir Chedid.

Nota Fiscal Paulista pode ser revertida às entidades sociais

A.D.



SÃO PAULO - As entidades sociais que realizam trabalhos sem fins lucrativos podem receber créditos da Nota Fiscal Paulista. A secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, Rita Passos

(foto), disse que os créditos repassados pela Fazenda podem chegar como dinheiro até à entidade, por ser uma instituição consumidora, ou através de doações de terceiros. A afirmação ocorreu durante reunião com o deputado Edmir Chedid (DEM), autor do Projeto de Lei que originou a Nota Fiscal Paulista.

Para ter acesso ao benefício, a entidade deve estar cadastrada e ativa no Sistema Pró-Social da Secretaria. Para se beneficiar, a entidade pode receber o cupom fiscal, sem o CPF do consumidor. Neste caso, deverá acessar o sistema da NFP e fazer o cadastro em benefício próprio. Caso prefira, o consumidor, inscrito no programa da NFP, pode cadastrar o cupom fiscal no sistema

em favor da entidade social de sua preferência (neste caso, a NFP não pode ter o CPF).

Com a Nota Fiscal Paulista emitida com o CPF do consumidor, este poderá efetuar a transferência de créditos, depois que recebê-los, à entidade social de sua preferência. O deputado Edmir Chedid foi autor do Projeto de Lei 0677/2006, que deu origem ao projeto de Lei 12.6854/2007 da Nota Fiscal Paulista. "Na prática, é o próprio consumidor quem define o valor a ser doado para a entidade social. As vantagens são muitas, mas é importante destacar que serão beneficiadas somente as entidades que estiverem em dia com a Fazenda", concluiu o parlamentar.

Edmir Chedid, o deputado que ajuda a cidade.

Estado inicia obras na Estrada Vicinal Morungaba - Tuiuti

Reprodução | Morungaba



Deputado estadual Edmir Chedid avalia projeto de obra de recuperação da Estrada Vicinal Morungaba - Tuiuti.

MORUNGABA - O deputado Edmir Chedid participou na sexta-feira, 18, do início das obras de recapeamento da Estrada Vicinal Morungaba - Tuiuti (Lucio Roque Flaibam), que possui 15 km de extensão. No local, o Governo do Estado investirá R\$ 5,5 milhões através da subvenção do Banco Mundial, que liberou R\$ 320 milhões para as obras da terceira fase do Pró-Vicinais. Na Região Bragantina, as obras serão executadas pela

Conter Construções e Comércio.

As obras da terceira fase do Pró-Vicinais deverão estar concluídas em oito meses conforme prevê uma das cláusulas do contrato firmado entre a empresa e o DER há cerca de um mês. "A Conter será responsável pelas obras da Morungaba - Tuiuti e, ainda, pela Estrada Vicinal Mathias Lopes, em Nazaré Paulista, com 6,9 km, e pela Estrada Vicinal Pedra Bela - Minas Gerais, com 6,6 km. No total, o

contrato da empresa é de R\$ 11,5 milhões", disse Edmir Chedid.

O diretor do DER Campinas, Cleiton L. de Souza, disse que o valor destinado é suficiente para a realização das obras. Ele explicou que a empresa realizou um estudo prévio para evitar alterações contratuais que possam prejudicar o andamento das obras. "O estudo técnico é fundamental em qualquer situação. Por isso, a Conter fez todos os levantamentos necessários para apresentar o valor durante o processo de licitação", explicou.

A SENPAR Ltda. Será a responsável pelas obras de recuperação de estradas vicinais em Socorro. No total, Estado investirá R\$ 12,4 milhões na execução das obras da Estrada Vicinal do Bairro Rio do Peixe, com 8,2 km de extensão, da Estrada Vicinal do Bairro do Oratório, com 6 km, e da Estrada Vicinal Bairro Lavras de Cima, com 12 km. Todas as estradas vicinais deverão estar concluídas em oito meses, conforme solicitação feita pelo deputado Edmir Chedid.

DER divulga nome de empresas da 3ª fase do Pró-Vicinais

SÃO PAULO - O DER informou o nome das empresas responsáveis pelas obras de recuperação de estradas vicinais de Bom Jesus dos Perdões, Monte Alegre do Sul, Piracaia e Serra Negra. Estas obras integram a terceira fase do Pró-Vicinais, com início previsto para outubro e conclusão para junho de 2010. A recuperação das estradas vicinais está sendo realizada em atendimento às solicitações apresentadas pelo deputado estadual Edmir Chedid (Democratas) ao Governo do Estado.

A Construtora Estrutural Ltda. será responsável pelas obras de recuperação da Estrada Piracaia - Bairro do Peão, em Piracaia, com 24 km de extensão, e da Estrada Bom Jesus dos Perdões - Bairro Ma-

rinhas, em Bom Jesus dos Perdões, com 2 km de extensão. O investimento será de R\$ 14,6 milhões. A Vial Engenharia e Construtora Ltda. receberá R\$ 4,6 milhões para as obras da Estrada Monte Alegre do Sul - Serra Negra, com 6,8 km de extensão. O prazo para conclusão também é de oito meses.

O deputado Edmir Chedid afirmou que as obras na Região Bragantina representam o comprometimento do Governo do Estado com os municípios do interior. Ele explicou que o trabalho executado nas estradas e rodovias está fundamentado no trabalho de desenvolvimento a partir do escoamento da produção agrícola e industrial destes municípios. "Com este trabalho, o Estado garante a segurança e a qualidade no transporte, o que resulta, por exemplo, numa economia sobre o valor dos produtos transportados que chegam ao consumidor final", finalizou o parlamentar.

A.D. | EV M.A. Sul - S. Negra



Edmir Chedid, o deputado que ajuda a cidade.

Deputado pede a conclusão de Conjuntos Habitacionais em BP

Anselmo Dequero | São Paulo

SÃO PAULO - O deputado Edmir Chedid e o secretário da Habitação, Lair Krähenbühl, reuniram-se para tratar sobre a situação dos conjuntos habitacionais "Bragança F1 e F2". Os imóveis aguardam conclusão das pendências que tramitam na Justiça em relação às supostas irregularidades na construção, que podem estar em desacordo com o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente). Por determinação judicial, as obras foram suspensas.

Na reunião, o parlamentar considerou a preocupação demonstrada pela Justiça em relação ao processo encaminhado. "Para a Justiça, os autos do processo apontam para elementos que indicam risco ao urbanismo. Por isso, a Prefeitura de Bragança Paulista não pode efetuar nenhuma intervenção ou conceder autorização para realizar obras nas vias de acesso aos Conjuntos Habitacionais", disse Edmir Chedid.



Deputado estadual Edmir Chedid e o secretário de Estado da Habitação e presidente da CDHU, Lair Krähenbühl, falam sobre Conjuntos Habitacionais.

Ele disse que o EIA/RIMA aparece associado a outros instrumentos de licenciamento prévio, como o Plano de Controle Ambiental e Relatório de Controle Ambiental. "É importante que os instrumentos legais sejam aplicados, mas precisamos lembrar que é preciso promover a regularização e, desta forma, oferecer moradias àquelas pessoas que tanto necessitam de um teto", argumentou.

O secretário de Estado da Habitação, Lair Krähenbühl, afirmou que o EIA/RIMA é de fundamental importância e considerou positiva a ação da justiça. No entanto, disse que solicitará à administração pública municipal maior empenho em relação à conclusão das exigências estipuladas pela liminar. "A paralisação não traz benefício nenhum ao município ou ao Governo do Estado", concluiu o secretário.

Curtas

Edmir Chedid pede moradias populares para municípios

O deputado Edmir Chedid solicitou o comprometimento do Secretário de Estado da Habitação, Lair Krähenbühl, para a implantação do Programa Cidade Legal em Buritizal, Guaraçaí, Olímpia, Palestina, Populina, Rancharia e Santo Antonio do Jardim. A intenção do programa é auxiliar os municípios mediante orientação e apoio técnicos para ações de regularização do solo e de núcleos habitacionais.

Edmir Chedid explicou que o déficit habitacional nestes municípios cresceu nos últimos anos. Em Buritizal, ele afirmou que serão necessárias 30 moradias para abrigar moradores que atualmente vivem em áreas de risco. "Criei uma emenda ao Projeto de Lei que determina as regras para o sorteio das casas populares da CDHU com o intuito de beneficiar as pessoas que vivem em áreas de risco", comentou.

Em Guaraçaí a situação é parecida e também considerada de urgência. Para Olímpia e Palestina, o parlamentar solicitou a construção de

moradias no Bairro Ribeira dos Santos e no Bairro Duplo Céu, respectivamente. Em Populina, o déficit habitacional é de 100 casas populares. Em Rancharia serão necessárias 120 unidades e em Santo Antonio do Jardim 80.

O secretário Lair Krähenbühl garantiu que analisará os pedidos apresentados pelo deputado Edmir Chedid. Para ele, a construção de moradias populares poderá ser efetivada devido aos acordos firmados entre o Governo do Estado e os municípios. "O Programa tem apresentado dados bastante positivos", finalizou o secretário.

Campanha de vacinação contra Poliomielite é prorrogada

A Secretaria da Saúde prorrogou a Campanha de Vacinação contra a Poliomielite até a próxima sexta-feira, 2. Até quinta-feira, 24, 2,75 milhões de crianças menores de cinco anos já haviam sido imunizados. A meta é vacinar 95% das crianças. Os menores de cinco anos devem ser levados aos postos de saúde para receber a dose de reforço.

EXPEDIENTE - Coordenação: Lincoln Xavier. Jornalista Responsável: Anselmo Dequero (Mtb 29.034 SP). Atuação é uma publicação da Assessoria de Imprensa do deputado estadual Edmir Chedid (Democratas/SP). imprensa@edmirchedid.com.br / www.edmirchedid.com.br.

Edmir Chedid, o deputado que ajuda a cidade.